Concessão de pensões de estudos no estrangeiro no contexto da construção do Estado brasileiro: os pensionários militares

Maria Cristiane da Costa*

> Pede-se a qualquer um que achar esse papel o publique em o Rio de Janeiro por meio da Gazeta para o consolo de nossas famílias. Até o dia de hoje vão em perfeita saúde e boa harmonia os oficiais que, por ordem de S.M. o imperador do Brasil vão estudar na França e que são os seguintes: Tenente-coronel João Antônio Pereira da Cunha e seu irmão menor, o capitão Henrique Luís Bellegarde, o capitão Ernesto Frederico de Verna Magalhães, o capitão Paulo Barbosa da Silva, o capitão João Reinaldo Verna Bilstein, o tenente Manuel Peixoto de Azevedo e dois paisanos à sua direção, o tenente João Nepomuceno da Mota, o cirurgião-mor Joaquim Cândido de Meireles, o alferes Ernesto Augusto César Eduardo de Miranda, o alferes José Xavier Calmon da Silva Cabral. Bordo do brigue francês L' Emile que segue viagem do Rio para Nantes, 6 de abril de 1825, Lat. 17S, Long. 30º Oeste de Paris. (LACOMBE, 1994:41-42)

A mensagem acima foi publicada em 31 de agosto de 1825 pelo *Diário Fluminense*, transcrita do jornal baiano *Independente Constitucional*. Segundo esses periódicos, esta carta foi encontrada dentro de uma garrafa próximo a Porto Seguro, na Bahia, contendo uma mensagem escrita em francês dos oficiais brasileiros em viagem para França. Esses oficiais foram nomeados pelo governo imperial para estudar nas Academias francesas. A maioria dos estudantes era "marinheiros de primeira viagem", conheciam a Europa apenas através de livros. Daí a grande euforia e empolgação em enviar uma mensagem dentro de uma garrafa como nos romances. Ao chegar em Paris, os membros da missão passaram a seguir diversos cursos aos quais se destinavam. Havia uma grande diversidade de estudos entre os oficiais. Em Paris se encontravam, ainda, outros pensionários do governo imperial, entre eles Cândido Batista de Oliveira do Imperial Corpo de engenheiros, já bacharelado em Filosofia e Matemática em Coimbra e aperfeiçoando-se na Escola Politécnica.

Embora pouco estudadas, não são raras no império as práticas de envio de estudantes e profissionais brasileiros para qualificação no estrangeiro. A prática, em verdade, remonta mesmo *aos tempos do rei*. Iniciativas estas que não diferem muito dos procedimentos adotados nas monarquias "absolutistas", que financiavam estudiosos por meio de pensões, mesadas ou cargos.

---

* Mestranda em História pela Universidade Federal Fluminense.

No final do século XVIII, a coroa portuguesa se empenhou em reunir, à sua volta, de um círculo de intelectuais brasileiros, cuja presença nas funções do Estado português, nos últimos anos do século XVIII, tornara-se cada vez mais evidente, associando-os tanto através de comissões de que eram encarregados, quanto através de memórias que dirigiam. José Bonifácio de Andrada e Hipólito José da Costa compunham este núcleo de letrados que moldava uma nova cultura política. Essa elite intelectual luso-brasileira, inseridos no mundo do Antigo Regime, eram homens esclarecidos, que partilharam da renovação cultural e mental do Estado português (NEVES, 2003).

Durante o período joanino, visando à capacitação de profissionais para exploração da colônia, o governo português selecionou entre os estudantes nas Universidades de Coimbra e Acadêmica de Ciências de Lisboa, aqueles mais qualificados para adquirir conhecimentos e aplicá-los em proveito do reino. Dentre esses estudantes destacaram-se alguns oriundos do Brasil: Hipólito da Costa e José Bonifácio. Este último parte de Portugal em 1790 em viagem de estudos, por mais de dez anos, para estudar mineralogia em diversos países da Europa, local onde passou mais da metade de sua vida, sendo, portanto toda sua formação essencialmente europeia.

Hipólito José da Costa, redator do *Correio Braziliense*, foi em comissão aos Estados Unidos para adquirir conhecimento sobre "o aperfeiçoamento de culturas já existentes e a introdução de novos produtos provenientes de outros países" para melhoramentos agrícolas no reino (FERNANDES, 2007).

Com a transferência da família real portuguesa para o Brasil em 1808, essa prática de pensões de instrução permanece. Em 1810, temos três estudantes de medicina que foram enviados, pela Ordem Régia de 5 de dezembro, a Edimburgo (MOACYER, 1936-1938: 37-38). Em outro momento, d. João VI concedeu uma pensão ao professor João Batista de Queiroz, visando sua qualificação em novos métodos educacionais existentes na Inglaterra (BRASIL. Coleção de Leis e Decretos de 1825, 1885: 46). Em geral, as pensões de estudos refletem a preocupação da coroa em qualificar indivíduos para atuarem no corpo de funcionários do Estado. Nas primeiras décadas do século XIX, as pensões de estudos estão inseridas no contexto de "ilustrar" o Brasil.

Após o complexo momento de ruptura política entre Brasil e Portugal, foi

possível perceber que a cultura de pensões de estudos do Estado se mantém no recém-fundado império brasileiro, embora não se verifique uma regularidade com políticas específicas. De fato, devido à carência de funcionários em diversos ramos da administração do Estado, houve a necessidade de nomear indivíduos para se instruírem no estrangeiro a fim de que adquirissem conhecimentos práticos e consequentemente aplicassem-nos na burocracia do Estado.

O trabalho de Maria Fernanda Vieira Martins (MARTINS, 2007) nos ajuda a compreender a questão da continuidade dessa tradição administrativa portuguesa no pós independência. A autora sustenta que a monarquia constitucional instalada no Brasil no início do século XIX, apresentou resquícios do antigo regime. A experiência brasileira demonstraria a força da tradição portuguesa ao seguir a forma com se organizou e consolidou a monarquia portuguesa e seu modelo de administração. Mas não se tratava apenas da simples importação de um modelo. Para melhor entender esse processo é preciso atentar para "toda" dinâmica da vida política administrativa colonial, sua relação com a metrópole e também observar as práticas e ideias das elites que aqui viveram e deram forma a esse processo.

As pensões de estudos

Inicialmente é preciso esclarecer que nesta pesquisa optei pelo uso da expressão pensão de estudos a bolsa de estudos, visto que considero mais adequada para analisar este período. Vale notar ainda, que o termo pensão é usado na época para designar, indistintamente, a remuneração pecuniária tanto de estudantes como de funcionários do Estado destacados para o exercício das mais diferentes tarefas no estrangeiro. As pensões de estudos estão diretamente relacionadas com a intensão do governo imperial de criar um corpo de oficiais formados no estrangeiro com valores universais de civilização e mais com o adequado manejo da técnica. Por outro lado, revela, o desejo do império aproximar-se do modelo europeu de civilização. Daí um duplo movimento de importar práticas e informações e enviar mão de obra para a qualificação no estrangeiro.

Destacaram-se duas modalidades de incentivo à viagem de instrução adotadas pelo governo imperial. De um lado, havia as pensões concedidas para estudo e

aperfeiçoamento técnico, caracterizadas pela aquisição de uma educação especializada, visando à formação de quadros qualificados. De outro, havia pensões concedidas para cargos comissionados no exterior (SANT'ANNA; BOSISSIO, 2010: 30).

Em linhas gerais, as pensões abrangiam duas modalidades: a viagem comissionada e a viagem de estudos propriamente. A primeira era destinada a oficiais já graduados, como o professor de Física da Academia Militar, Eustáquio Adholfo de Mello e Mattos e Cândido Batista de Oliveira, ambos bacharel em Matemática e Filosofia na Universidade de Coimbra. A viagem comissionada consistia numa especialização. Simultaneamente a viagem de comissão, o pensionado atuava como agentes em diversos postos diplomáticos. Temos notícias que os pensionários Eustáquio Adolfo[1], Cândido Batista de Oliveira[2] e João Antônio Pereira da Cunha[3] atuaram como representantes brasileiros em vários postos na Europa. Tratava-se de pensões concedidas pelo Estado para que militares brasileiros e/ou portugueses (RIBEIRO, 2000) se dirigissem ao estrangeiro e lá exercessem as mais diversas funções, realizando tarefas previamente estabelecidas.

Já as pensões de estudos eram bem diversificadas, enquadrando vários perfis de alunos: alguns eram estudantes da Academia Militar e foram concluir os estudos na França; outros não tinham instrução superior. E apenas três haviam concluído o curso de engenharia na Academia Militar.

As pensões de estudos aos oficiais do exército em 1825 tinham uma intenção muito específica, principalmente se considerarmos que estes oficiais eram formados na tradição do *antigo regime*. Estes militares constituíam uma força de antigo regime, adeptos dos valores aristocráticos, e estavam portanto, à serviço da coroa. De fato, esses valores aristocráticos era uma presença marcante, sobretudo, na hierarquia militar no início do XIX. Valores estes que estabeleciam distinções e hierarquias, estabeleciam também a divisão social. Numa sociedade alicerçada sobre valores aristocráticos, os oficiais militares tinham lugar cativo na composição do elite política, condição a que ascendiam menos por sua identidade profissional do que uma combinação de origem

1 Foi agente diplomático em Mecklemburgo em 1825 (estreia no serviço diplomático) encarregado de negócios na Inglaterra em 1829.

2 Em 1835 ministro residente em Turim.

3 Serviu como encarregado de negócios e ministro residente em vários postos, notadamente na França em 1827, na Prússia em 1828-1830 e na Áustria em 1836.

social e atuação política (SOUZA, 2004:159-179). Não por acaso muitos pensionários seriam recrutados nas camadas mais elevadas da elite imperial ou fariam das pensões instrumento de ascensão pela via da carreira política. No entanto, para além das viagens de formação, a instrução no exterior se apresentava como uma necessidade vital de aparelhamento do Estado Imperial.

As pensões de estudos são um tema pouco visitado pela historiografia. Há trabalhos que abordam concessões de pensões pelo imperador d. Pedro II e pela Academia Imperial de Belas Artes, no Segundo Reinado. Apenas Guilherme Auler (AULER, 1956), parece haver se debruçado, de uma maneira mais geral, sobre a concessão de pensões no Império e mesmo assim dedicou-se a estudar apenas as pensões diretamente concedidas pelo imperador d. Pedro II, que pensionava, do seu bolso, a necessitados, enfermos, viúvas e órfãos, para muitos dos quais esse subsídio se tornou o único meio de subsistência e educação. Em estudos menos abrangentes, também podemos citar Laudelino Freire (FREIRE, 1916) e Camila Dazzi (DAZZI, 2006), e suas reflexões sobre a concessão de pensões de Belas Artes e o breve capítulo sobre o Bolsinho do Imperador, discutido por José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2007) na biografia do imperador d. Pedro II.

Todavia, no que tange às concessões de pensões de estudos aos militares, ainda prevalece uma lacuna nos estudos históricos. Não tem o presente trabalho a finalidade de preencher tal "lacuna", mas compreender outro aspecto da constituição do Estado Nacional, ou seja, o aparato de formação profissional, trazendo à luz às pensões de estudos no início do século XIX.

Pensar os grupos dominantes na América portuguesa seria um grande passo para estudar a história das pensões de estudos, procurando analisar como se dá a continuidade das pensões pós-independência. Neste aspecto, Maria Odila Dias (DIAS, 2005) fornece dados interessantes acerca dos mecanismos que regulamentavam as pensões de estudos. Segundo a autora, as pensões de estudos tinham um fim prático, "o grau de aplicação de uma ciência mede-se pela sua utilidade para a sociedade" ((DIAS, 2005). Essa era uma "nova" cultura política de parte dos estudiosos da época, muito clara em relação ao desenvolvimento da colônia atrelada à exploração e renovação da agricultura (Idem).

Deve ser ressaltado que a proibição portuguesa da criação de universidades na colônia está diretamente ligada à concessão de pensões de estudos no estrangeiro,

principalmente em Coimbra. Portugal temia que a fundação na colônia de estabelecimentos de ensino superior pudesse enfraquecer ou pôr em xeque a dependência colonial, tendo em vista que um dos vínculos mais fortes que sustentava a dependência das colônias era justamente a necessidade dos filhos da elite de ir estudar em Portugal.

Neste aspecto, José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2003) entende este mecanismo como fundamental e um elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial, na medida em que possibilitou uma homogeneidade ideológica capaz de articular projetos coesos para o Brasil. Como resultado da homogeneidade através da educação, da ocupação e do treinamento, a elite brasileira era totalmente não representativa da população (escravos, libertos e desocupados que estavam excluídos da "boa sociedade" como diria Ilmar Mattos). Desta unidade ideológica foi possível a manutenção da unidade territorial do Brasil e a natureza do próprio Estado. Com o deliberado treinamento para a administração estatal foi possível a "construção da ordem". Embora essa elite intelectual formada nos quadros de Coimbra seja representativa, os pensionários de d. Pedro I formados na França chamam atenção para se pensar uma outra cultura política presente neste período.

No final do século XVIII, verifica-se que as atividades dos brasileiros, da geração que participou da independência, formados nas principais universidades europeias Coimbra, Montpellier, Edimburgo, Paris e Estrasburgo eram voltadas principalmente para estudos "científicos" (Ciências Naturais). Isto reflete, apesar do clima cosmopolita e universal e de uma mentalidade influenciada pela ilustração do século XVIII, a preocupação com os estudos de natureza empírica que buscasse ocupar com os problemas da colônia e introduzir reformas. Os estudos sobre agricultura ganham ênfase, principalmente porque era consenso entre os estudiosos que através da agricultura seria possível desenvolver a colônia, tendo em vista que esta era mãe do gênero humano e origem primária e inesgotável de toda a prosperidade pública (DIAS, 2005:46). Domingos Borges de Barros, visconde da Pedra Branca, agente diplomático brasileiro em 1825 em Paris, também compartilhava desta opinião, aludindo que somente através do conhecimento da técnica, um agricultor ilustrado poderia ser capaz de desenvolver com êxito a agricultura.

O papel que o Estado exercia no movimento de estudiosos, dedicados em sua

maioria às Ciências Naturais, merece destaque especial por suas múltiplas dimensões, tanto na orientação dos estudos como na mentalidade dos principais políticos da Independência (DIAS, 2005:47-48). Como exemplo desta política consciente de fomentar a economia do Estado, têm-se publicações de memórias e diários de viagens patrocinadas pelo próprio Estado.

Se em meados do século XVIII, havia incentivos da coroa aos estudos das Ciências Naturais, da Física, da Química e da Agricultura, da Medicina Cirúrgica e Farmácia, fato ressaltado com a fundação da Academia Científica do Rio de Janeiro (SANTOS, 1992), no início do século XIX a preocupação do Estado Imperial se deslocou para o desenvolvimento da Engenharia; estudos sobre organização e administração do Estado. As mudanças ocorridas no pós independência criaram condições para afirmação de uma "nova" profissão no Império. Descobertas científicas, invenções e o surgimento de novas necessidades humanas e de meios especializados para satisfazê-las são, indubitavelmente, fatores que contribuem para o desenvolvimento de uma nova profissão (ELIAS, 2001:91).

Dada à impossibilidade de apresentar, de uma perspectiva analítica, a cultura de pensões de estudos em todo o Império, preferiríamos trabalhar com os pensionários do Primeiro Reinado (1822-1831) do Ministério dos Negócios da Guerra (daqui em diante MNG), tentando assim detectar o que estava por trás dessa cultura de pensões.

Entre os anos 1822 a 1831, localizamos 36 *pensões* de diferentes modalidades, medicina (6); administração pública (1); ensino secundário (2); engenharia civil e ciências aplicada (3), marinha (5) e exército (24). É válido atentar, que na área militar concentravam-se 67,7% das pensões. É curioso perceber a ausência de outras áreas, como belas artes, que no Segundo Reinado ganha relevo. Observando-se o total de pensões concedidas no império, no período de 1822 a 1831, nota-se, em primeiro lugar, a intermitência das pensões concedidas. Alternam-se momentos de intenso financiamento, deliberadas políticas de fomento à instrução, fluxos constantes de médio prazo e períodos de absoluta ausência de financiamento. Num primeiro olhar tudo indica uma política internacional de instrução marcada pelas idas e vindas da maré de desejos de ministros e do imperador. Contudo, buscando estabelecer as possíveis regularidades na documentação, chamam atenção alguns fluxos contínuos e a adequação a uma série de decisões que, ainda que nem sempre tenham sido imediatamente

traduzidas em pensões de instrução ou viagens comissionadas, de fato parecem apontar para políticas de longo prazo na construção do Estado-nação brasileiro.

Destacamos, então, os militares do Exército porque "saltou aos olhos" o envio de 18 oficiais militares e 2 paisanos, pelo MNG, no ano de 18254, para as Escolas Reais de Pontes e Calçadas e de Estado-Maior da França **(***École Nationale des Ponts et Chaussés de France*). O documento abaixo refere-se ao decreto promulgado pelo Ministério Negócios da Guerra e assinado pelo imperador d. Pedro I em janeiro de 1825. Nele ficou estabelecido o envio de estudantes para frequentarem escolas militares europeias a com o objetivo de adquirirem conhecimentos próprios de sua profissão, não se limitando aos das três armas especificamente, mas que alcançassem a combinação das mesmas, tática, estratégia e os diferentes ramos de artilharia e engenharia. A ideia era que posteriormente, quando formados, estes oficiais aplicassem seus conhecimentos em trabalhos práticos no Império, para que assim pagassem suas dívidas de formação profissional com o Estado.

> Atendendo a não ser bastante força numérica, e disciplina ordinária para levarem os Exércitos aquele grão de perfeição a que desejo elevar o deste Império, *e não havendo por ora nele todas as escolas, tanto teóricas, como práticas*, que são necessárias para que os oficiais adquiram luzes suficientes com que um dia, levando os soldados à vitória, consigam por ele a defesa do Império, e a sua própria glória: Hei por bem que os oficiais declarados na relação, que com este baixa, vão estudar nas escolas da Europa, na forma em tudo das instruções que também baixam assinadas, juntamente com a relação dos oficiais, por João Vieira de Carvalho, do meu Conselho, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. O mesmo Ministro e Secretário do Estado o tenha assim entendido, e o faça executar.
> Paço em 29 de Janeiro de 1825, 4° da Independência do Império. (BRASIL. Coleção de Leis e Decretos de 1825, 1885:12)

Embora o decreto exprima com certa clareza um dos objetivos do monarca: devido a precária infraestrutura teórica e prática da Academia Militar, era interessante que os militares luso-brasileiros fossem se instruir em boas Academias europeias. Outro item que chama atenção se refere a segurança e defesa do Império. É preciso lembrar que justamente entre os anos 1825-1828 o governo imperial estava envolvido com a guerra da Cisplatina, portanto, vivia-se um momento de intensa instabilidade política. Além disso, a imagem do imperador, havia se desgastado bastante com as dívidas

4 Localizei ainda Cândido Batista de Oliveira, José Policarpo Pessoa de Andrade e Silva, José Floriano de Figueiredo Rocha e João Antônio Pereira da Cunha cujos nomes não estão inseridos nos decretos de 29 de janeiro e 3 de agosto de 1825. O decreto de 25 de fevereiro de 1825 nomeia Luíz Antonio da Silva Beltrão, oficial da Armada para instruir-se no que diz respeito a Marinha, navegação e comércio na França e Inglaterra.

geradas pela guerra. Paralelamente a isto, a guerra suscitou internamente problemas com o recrutamento da população através de métodos de força. Decidiu-se, então, pela contratação de tropas estrangeiras para completar as fileiras do Exército, cuja maioria compunha de pessoas que nada tinham de militares profissionais, que vinham ao Brasil na perspectiva de se tornarem proprietários.

A partir do ano de 1828, os periódicos e a Assembleia vão discutir detalhadamente a extensão do poder imperial, fazendo-lhe oposição. Na campanha empreendida por jornais liberais contra o imperador, os aqueles vão colocar em xeque sua autoridade "despótica".

Voltando as determinações do decreto, de fato, há uma questão intrigante: qual o interesse de d. Pedro I em conceder essas pensões de estudos aos militares? Para respondermos estas questões é necessário entender o contexto histórico no qual as pensões foram concedidas, resumidadmente explicitado acima. No mais, é fundamental levar em consideração os espaços de formação dos oficiais no Império. No quadro abaixo estão relacionados os nomes dos oficiais que frequentaram a Academia Militar em diferentes momentos, como aluno ou/e atuando com lentes.

Quadro I

Nomes	**Alunos e professores da Academia Militar**	**Ano**
Cândido Batista de Oliveira	Professor Academia	1827-1846
Manuel Peixoto de Azevedo	Professor de Desenho e da Escola Militar	1832-1852
Eustáquio Adolpho de Melo e Mattos	Professor de Físcia	1823-1824
João Vicente Gomes	**Aluno da Academia Militar**	
João Nepomuceno da Mota	**Aluno da Academia Militar**	1824 (3º ano)
Ernesto Augusto Cesar Eduardo de Miranda	**Aluno da Academia Militar**	
Ernesto Frederico de Verna Magalhães Coutinho	**Aluno da Academia Militar**	1824 (4º ano)
Frederico Carneiro de Campos	**Aluno da Academia Militar**	1824 (3º ano)
Galdino Justiniano da Silva Pimentel	Não cursou a Academia Militar	
Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde	**Aluno da Academia Militar**	1824 (7º ano)
João Antônio Pereira da Cunha	Não cursou a Academia Militar	
João Leocádio de Melo	Não cursou a Academia Militar	
João Reinaldo de Verna e Bilstein	**Aluno da Academia Militar**	1824 (5º ano)
Joaquim Pessoa da Silva	**Aluno da Academia Militar**	1826 (1º ano)
José Bonifácio Caldeira de Andrade	**Aluno da Academia Militar**	1828
José da Silveira Sampaio	Aluno da Academia Militar	
José Floriano de Figueiredo Rocha	Professor de Físcia	1845
José Policarpo Pessoa de Andrade e Silva	Não cursou a Academia Militar	
José Vicente de Amorim Bezerra	**Aluno da Academia Militar**	
José Vilela de Barros	Não cursou a Academia Militar	
José Xavier Calmon da Silva Cabral	Não cursou a Academia Militar	
Paulo Barbosa da Silva	**Aluno da Academia Militar**	1824 (6º ano)
Teodolino José da Silva	Não cursou a Academia Militar	

Analisando os dados do quadro, à primeira vista podemos dizer que que a 50% dos pensionários frequentaram a Academia Militar. Enquanto, 30% não foram alunos da dita Academia. Sabemos que os paisanos, João Leocádio de Melo e Teodolino José da Silva eram alunos do Arsenal de Guerra e que José Vilela de Barros cursou Filosofia na Universidade de Coimbra entre os anos de 1820 a 1822, sendo premiado quando frequentava as aulas do primeiro ano do curso. Não foi possível localizar informações sobre José Xavier Calmon da Silva Cabral, Galdino Justiniano Pimentel, João Antônio Pereira da Cunha e José Policarpo Pessoa de Andrade e Silva. É muito provável que esses militares não tivessem instrução superior.

Espaço de formação: Academia Militar

A principal instituição de ensino militar do Império naquele período a era Academia Militar. Fundada em 1810, os cursos na Academia Real Militar estendia-se por sete anos e estava organizado em dois segmentos: *curso matemático*, compunha os quatro primeiros anos; e o *curso militar* que constituía as disciplinas dos três últimos anos. Os alunos destinados à infantaria e cavalaria estudavam somente as matérias do 1º ano (Matemática Elementar) e os assuntos militares do 5º ano. Apenas aos estudantes de engenharia e artilharia eram exigidos o curso completo (7 anos).

Desta maneira, fazia-se nítida distinção dos oficiais que completavam o curso. Os engenheiros e artilheiros eram chamados de "científicos" e se colocavam como a elite intelectual do exército. Os alunos que cursavam cavalaria e infantaria constituíam parte das armas técnicas (MOTA, 1976:23).

Para ser admitido na Academia era necessário ao pretendente ter acima de 15 anos de idade e saber as quatros operações. Em 1823 foi permitida a admissão de alunos civis, sem qualquer compromisso com a carreira militar. A este alunos paisanos, uma vez concluído o curso, eram dados o diploma de engenheiro civil. O curso não era considerado indispensável para o ingresso no oficialato, assim como o acesso na hierarquia. Isto se reflete no baixo número de matrículas. Os poucos que conseguiam ingressar no primeiro ano tinham muita dificuldades para concluir o curso, sendo insignificante o número daqueles que conseguiam completar o curso: Henrique Luís de

Niemeyer Bellegarde, João Vicente Gomes e José da Silveira Sampaio cursaram sete anos na Academia Militar. Foram os únicos pensionários que conseguiram concluir o curso, recebendo então, o diploma de capitão de engenheiros. Segundo Lacombe, os outros oficiais, Bilstien e Paulo Barbosa haviam cursado cinco anos; dois dos pensionários um ano, e os demais não tinham a menor instrução superior (LACOMBE, 1994; 41-42)[5].

O outra questão importante que surge: como esses militares são escolhidos e quais foram os critérios? Na tentativa de responder esta questão farei um esboço de algumas trajetórias acadêmicas. Em setembro de 1824, d. Pedro I solicitou juntou à junta diretora da Academia Militar informações sobre os alunos que frequentam a Academia, notando os postos, corpos que pertenciam e conduta literária e civil dos alunos[6]. A junta diretora[7] informou, a relação de todos os alunos que se encontravam matriculados naquele ano, com exceção dos alunos do 1º ano. Dos alunos inscritos naquele ano 5 foram "escolhidos" para estudar nas Academias europeias: Frederico Carneiro de Campos, 2º tenente do Regimento de artilharia da Corte. Ele foi aprovado plenamente no 1º e 2º anos; João Nepomuceno da Motta, 2º tenente da Artilharia, foi aprovado plenamente no 1º e 2º anos. Em 1824, ambos estavam cursando o 3º ano, abandonado curso posteriormente.

Ernesto Frederico de Verna Magalhães, capitão do 1º regimento de Cavalaria, estava no 4º ano em 1824, tendo assentado praça em seguida. Matriculou-se em 1817 e no seguinte foi aprovado plenamente; em 1819 matriculou-se no 5º ano do qual não fez exame. Frequentou nos dois anos seguintes o 2º e o 3º e em ambos foi aprovado plenamente. Tendo frequentado interpoladamente o 4º desde 1822.

Temos informação que João Reinaldo de Verna Bilstein, capitão do 3º batalhão de Caçadores, não frequentava regularmente as aulas. Daí várias reprovações no seu histórico escolar: duas vezes repetente no 1º ano. Em 1814, foi aprovado plenamente para o 5º ano. Passou ao 5º ano, no qual foi aprovado; voltou ao 1º e depois de

5 Essa premissa não confere com os dados que coletei no Arquivo Nacional.

6 Arquivo Nacional, série guerra, Notação: IG3 04

7 Compunham Manoel da Costa Pinto, marechal de Campo; Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, brigadeiro graduado e Joaquim Norberto Xavier de Brito, graduado.

reprovado foi aprovado, repetiu duas vezes o segundo, sendo aprovado plenamente em 1818, repetiu três vezes o 3º ano. As reprovações podem ser explicadas devido as faltas não justificadas, principalmente quando o militar estava servindo em algum batalhão. A partir do histórico acadêmico de Ernesto Frederico de Verna Magalhães e João Reinaldo de Verna Bilstein podemos concluir que os curso na Academia Militar não seguiam uma sequência gradual de séries.

Paulo Barbosa da Silva estava no 6º ano, e também não frequentava regularmente as aulas, era capitão de engenheiros em 1824: foi aprovado plenamente em todos os anos precedentes. Uma ausência chamou-me atenção que diz respeito também a ausência do nome do aluno Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde no relatório. Sabemos que frequentava regularmente as aulas e cursava o 7º ano. Há inclusive, um abaixo-assinado, no qual há sua assinatura, reivindicando a abertura da aula de Zoologia e Botânica que desde o dia 15 de março (1824) se acha encarregado ao professor de Física, Eustáquio Adholfo de Mello Mattos, o qual nem mesmo tinha comparecido para reger sua própria cadeira, nem apresentou razão alguma deste anômalo procedimento[8].

À primeira vista, a leitura do ofício sugere que o professor não estava cumprindo suas funções profissionais, nem obedecendo ao decreto da Academia de 1810. Devido sua ausência nas primeiras semanas de aula, a junta diretora reclamou ao ministro da Guerra, que Eustáquio estaria fazendo pouco caso das ordens imperiais. Entretanto, se atentarmos detidamente nas entrelinhas da documentação verificamos que Eustáquio, não tinha condições adequadas de ministrar suas aulas, tanto de Física, como de Zoologia e Botânica, numa Academia que nem sequer possuía uma laboratório, e portanto, não usufruía dos materiais indispensáveis para as aulas.

Soma-se a isto, os requerimentos de Eustáquio para que Arsenal e o Museu da Guerra emprestassem os instrumentos necessários para suas aulas foram simplesmente ignorados. Aliado as precárias condições de trabalho, os ordenados dos professores eram muito baixos, o que levava estes a exercer outras funções simultaneamente a de

8 Oficio da Junta da Academia Militar, em data de 23 de março de 1824, para João Gomes da Silveira Mendonça, Ministro dos Negócios da Guerra. Participa que havendo falecido o lente de Mineralogia, e o de Zoologia e Botânica, avisará segundo ordena a lei da criação da Academia, os dois lentes que restam das Ciências Naturais, para que além das lições das suas faculdades respectivas, se encarregassem , o de Química, da aula de mineralogia; e o de Física, da de Zoologia e Botânica.

professor. Havia na Academia falta de gabinetes e laboratórios; os cursos oferecidos eram incompletos; Havia falta de professores habilitados para o ensino:

> Não podemos porém dissimular o grande embaraço que se há de encontrar em encher dignamente estes lugares, atento o diminuto ordenado, que a lei lhes assinou, acomodando-se as imperiosas circunstâncias daquele momento. Como um capitão do corpo de engenheiros percebe maiores vantagens em Comissão do que em lente da Academia (mesmo proprietário) e é tão fácil consegui-la fica evidente que ninguém quererá prestar-se a uma vida certamente mais laboriosa, sacrificando-se os seus interesses, e por isso faltam candidatos, ou será necessário lançar mão dos menos hábeis. A isto se obviaria aumentando o ordenado dos lentes, classe desgraçada, a qual ainda não chegaram as vantagens concedidas por leis posteriores a da criação da Academia aos oficiais empregados, tornando assim cada vez pior a sua condição, ainda sem atender ao acréscimo de despesas pela carestia dos gêneros, excessivo preços dos livros e outros objetos, que motivaram o aumento de ordenado concedido aos professores dos estudos menores desta corte. Se nos fosse lícito, lembraríamos o ordenado de 600 mil réis aos lentes e de 300 mil réis aos substitutos, como o mais diminuto, que permitem ou circunstâncias atuais, e requer aquela dignidade que infelizmente a necessidade degrada tantas vezes . (Ofício da Junta Diretora a João Gomes da Silveira Mendonça, em 26 de abril de 1824)

Para concluir, as pensões de estudos faziam parte de redes de sociabilidades ou parentesco. Elas não foram concedidas por mérito, nem como uma maneira de premiar os melhores alunos da Academia[9]. Se fosse levado em consideração as boas notas, desempenho e frequência dos alunos, Pedro de Alcântara Bellegarde, 1º tenente da Artilharia da Corte (irmão mais novo de Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde) seria favorecido. O oficial frequentava regulamente o 4º ano da Academia Militar, tendo sido aprovado plenamente em todos os anos, obtendo no 1º o primeiro partido e no 3º: *no atual tem dado boa conta e tem exemplar conduta (grifo meu)*. Seria possível concluir então que o bom desempenho do aluno não foi o critério indispensável para pensão de estudo.

De fato o principal critério foi a boa conduta dos oficiais e suas posições político -ideológicas. Os militares agraciados com as pensões de estudos, implicitamente firmaram um forte vínculo com a monarquia. A partir de então, tinham uma dívida, "para que um dia pagassem com seus conhecimentos a dívida da sua educação" (Coleção de Leis e Decretos de 1825, 1885:13), estavam portanto a serviço da Coroa. Isto não significa dizer que Pedro de Alcântara Bellegarde não se enquadrava nesse critério. Posteriormente, ele serviu em vários cargos políticos, exercendo a pasto do

9 No segundo Reinado, havia concursos em Belas Artes para pensões de estudos.

Ministério dos Negócios da Guerra em 1853.

Diante desse quadro podemos entender o envio, em 1825, de 23 pensionários para as Academias europeias. Justamente quando era urgente reformular suas diretrizes educacionais. Mas para, além disso, também se fazia urgente professores qualificadas para atuarem eficazmente nessa área. Não é por acaso que grande parte dos estudantes foram estudar engenharia. No momento que império carecia que engenheiros, quando os poucos que se formavam, devido às dificuldades, apresentavam uma formação bastante deficiente.

Os pensionários

No quadro abaixo encontra-se uma breve amostragem dos estudantes que foram nomeados com pensões de estudos para frequentar as academias europeias em janeiro de 1825. Nele estão indicadas as patentes dos estudantes no momento da viagem de instrução e a academias ou universidades que frequentaram, além de informações sobre lugar onde nasceram e o ano.

Pensionista	Prov	Nasc	Patente	Universidade
José da Silveira Sampaio	_	_	Major do Estado Maior do Exército	Escola Real de Estado-Maior de Paris
João Vicente Gomes	_	_	Major de Artilharia da Praça de Santos	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
Eustáquio adolpho de Mello e Mattos	_	_	Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros	Diplomacia
Paulo Barbosa da Silva	MG	1790-1868	Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde	POR	1802-1839	Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
Ernesto Frederico de Verna Magalhães Coutinho	POR	_	Capitão do 1º Regimento de Cavalaria de 1ª linha do Exército	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
João Reinaldo de Verna Bilstein			Capitão do 3º Batalhão de Caçadores da Corte	Estado-Maior e Engenharia Paris
Frederico Carneiro Campos	BA	1810-1867	Tenente do Regimento de Artilharia	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
João Nepomuceno da Motta			Tenente do Regimento de Artilharia	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
Manuel Peixoto de Azevedo	MT	1794-1858	Tenente do Batalhão de Artilharia de Posição	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
José Xavier Calmon da Silva Cabral	_	_	Alferes do 1º Regimento de Cavalaria de 1ª linha do Exército	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
Ernesto Augusto Cezar E. de Miranda	POR	1802-1867	Alferes do Regimento de Cavalaria de Minas	Escola Real de Estado-Maior de Paris
José Vilela de Barros	RJ	_	cadete do regimento de artilharia da corte	Universidade de Pisa (Ciência)*
João Leocádio de Melo			Paisano	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
Teodolino José da Silva			Paisano	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
João Antônio Pereira da Cunha	POR	_	Tenente-coronel de Estado Maior	Escola Real de Estado-Maior de Paris

Quadro II

* Universita di Pisa Imperiale e Reale. *Prov representado no quadro significa província; Nasc nascimento e falecimento.

As patentes militares estão de acordo com a documentação, ou seja, a patente que o militar na época da nomeação da pensão de estudos. Os estudos na Escola Real de Estado-Maior de Paris priorizava aulas de logística, táticas de guerras e administração militar. Os oficiais que frequentaram a Escola Real de Pontes e Calçadas

de Paris se formavam em engenharia. O curso de Desenho também era voltado para engenharia, desta forma, era ministrado na Escola Real de Pontes e Calçadas em Paris.

O Estado-Maior militar era essencialmente uma instituição profissional que recolhia conhecimentos técnicos e os aplica à administração da violência. Segundo Samuel Huntington, no século XVIII, a França já possuía o sistema de Estado-Maior mais desenvolvido. Uma instituição assim científica, constituía exceção e achava-se deslocada no Exército francês aristocraticamente conduzido. De um oficial francês, desse período, se esperava que mantivesse, tanto no campo de guerra, como na corte um comportamento condizente com seu *status social*. Desta forma, as influências palacianas faziam como que os oficiais abandonassem suas atividades militares, quando fosse conveniente (HUNTINGTON,1996).

Em 27 de fevereiro de 1825 são agraciados com as pensões de estudos os alunos do Arsenal da Guerra, os paisanos, Teodolino José da Silva, João Leocádio de Melo e o cadete do regimento de artilharia da corte, José Vilela de Barros (SANT' ANNA; BOSISSIO, 2010: 139). Ainda no mesmo ano, o tenente coronel, João Antônio Pereira da Cunha, comandante do 1º batalhão de Caçadores da corte, solicita a pensão de estudos ao Ministério dos Negócios da Guerra. Seu pedido é deferido, assim o coronel parte em viagem de estudos para estudar Estado-Maior na França, exercendo simultaneamente funções diplomáticas.

Pelo Decreto de 4 de março de 1825 (Coleção de Leis e Decretos de 1825, 1885:27) em aditamento ao de 27 de fevereiro de 1825, informa o envio de quatro militares, provenientes da guarnição da Bahia, que foram agraciados com pensões de estudos para se instruírem na Europa às custas do Estado imperial :

Quadro III

Pensionista	Prov	Nasc	Patente	Universidade
José Bonifácio Caldeiras de Andrade	MG	1870	Alferes do Batalhão de caçadores	Universidade de Pisa/Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
Galdino Justiniano da Silva Pimentel	BA	1803-1878	2º tenente	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
José Vicente de Amorim Bezerra		1799-1865	2º tenente	Escola Real de Estado-Maior de Paris
Joaquim Pessoa da Silva	BA	1807	cadete do Corpo de Artilharia de Posição	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris

Ainda não foi possível o preenchimento dos dados sobre a províncias de origem, nem informações sobre a data de nascimento de todos os pensionários. No entanto, a análise dos dados indica um grupo heterogêneo, recrutados na principais províncias do império.

O decreto de 29 de janeiro 1825 foi acompanhado de instruções (Coleção de Leis e Decretos de 1825, 1885:41) que buscavam orientar os planos de estudos, relatórios semestrais e diários de viagem dos oficiais. A viagem até Paris era custeada pelo Ministério dos Negócios da Guerra. Nesta cidade, os oficiais deveriam se apresentar ao Encarregado de Negócios do Brasil, Domingos Borges de Barros, futuro visconde da Pedra Branca, que estava incumbido de regularizar a admissão dos oficiais junto às instituições militares francesas; regularizar as viagens de estudos, normalmente para observação de arsenal e de armamentos. Competia a Borges de Barros verificar as frequências nas aulas e outras atividades, bem como se informar sobre os exercícios práticos realizados pelos pensionários. Também cabia ao ele, além fiscalização dos estudos, a fiscalização principalmente da conduta dos militares.

Em linhas gerais, as pensões de estudos, revela o interesse do governo imperial em promover a educação nos moldes europeus, mas era também preciso que ela fosse regulada por instituições que garantissem a ordem e a tradição.

Os militares no início do século XIX constituíam uma força do Antigo Regime. Eram sobretudo homens de corte, herdeiros de uma tradição militar portuguesa muito particular, estranha ao modelo moderno que associa à carreira a aquisição de conhecimentos técnicos específicos. Em geral eram súditos da coroa e aprendiam o ofício da guerra através de serviços em qualquer região do vasto império. Essa tradição produzia um militar diferentes daqueles criados pelos Estados nacionais oitocentista (SILVA, 2004:). É digno de menção, que parte dos pensionários, posteriormente a viagem de estudos, entraram para os quadros de elite política do segundo reinado, atuando nas mais diversas funções do Estado, inclusive, na função de mordomo do Imperador Pedro II.

Referências

ARIAS NETO, José Miguel. “A formação do estado nacional e as forças armadas”. In: *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH*, Rio de Janeiro, 2006.

AULER, Guilherme. *Os pensionários do imperador*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Tribuna de Petrópolis, 1956. (Cadernos do Corgo Seco).

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem*. *Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

___. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASTRO, Celso. *O espírito militar. Um antropólogo na caserna.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAVALCANTE, Berenice. *José Bonifácio: razão e sensibilidade, uma história em três tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

COELHO, Edmundo Campos. *A instituição militar brasileira: um ensaio bibliográfico: o que se deve ler em ciências sociais no Brasil.* São Paulo: Cortez; ANPOCS, 1990. p. 335-359.

___. *As profissões imperiais*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

COSTA, Hipólito José da. *Diário de minha viagem para Filadélfia (1798-1799).* Brasilía: Senado Federal, 2004.

COSTA, Maria Cristiane da. *Concessão de pensões de estudos no estrangeiro no contexto da construção do Estado brasileiro: os pensionários militares do Ministério dos Negócios da Guerra*. 49f. Monografia (Bacharel em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

DAZZI, Camila Carneiro. *Relações Brasil-Itália na arte do segundo oitocentos: estudo sobre Henrique Bernardelli: 1880 a 1890*. 2006. 3007f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos.* São Paulo: Alameda, 2005.

NORBERT, Elias. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

FERNANDES, Tânia Maria Dias. *A escrita diária de uma viagem de instrução*. In: *Escritos*, Rio de Janeiro, n.1, p. 17-42, 2007.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz . *História e Prosopografia. In: História e Biografias* - X Encontro Regional de História ANPUH, Rio de Janeiro, 2002.

FREIRE, Laudelino. *Um século de pintura: apontamentos para a história da pintura no Brasil de 1816-1916*. Rio de Janeiro: Typ. Röhe, 1916.

HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado*. RJ, Biblioteca do Exército, 1996.

LACOMBE, Américo Jacobina. *O mordomo do Imperador.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar:* Um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado 1842 – 1889. RJ: AN, 2007.

MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema.* A formação do Estado Imperial. 5ª edição. SP: Hucitec, 2004.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e o império (subsídios para a história da educação no Brasil)*. 3 vols. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936-1938. (Brasiliana).

MOTA, Jeová. *Formação do oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: cultura e política* (1820-1823). Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

SANT' ANNA, Sabrina Marques Parracho; BOSISSIO, Rafael de Almeida Daltro. *Inovações tecnologias e transferências tecnocientíficas:* a experiência do Império brasileiro. RJ: CHDD; FUNAG, 2010.

SANTOS, A.C.M. *No Rascunho da Nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O exército na consolidação do império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

_____. A serviço de Sua majestade. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. RJ: FGV, 2004.